

Um aristocrata no cabralismo

Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986

Em 1820, o marquês de Fronteira e Alorna assiste à revolução liberal, ocorrida em 15 de Setembro daquele ano em Lisboa, com muito escasso entusiasmo. Passou pelo quartel de Infantaria 4, em Campo de Ourique, onde assentara praça aos 16 anos, inteirou-se das últimas novidades, mas não regista nas suas *Memórias* nenhuma das informações que terá obtido sobre o que se passava naquele dia na Lisboa revolucionada. Tinha outras prioridades. Com 18 anos de idade, nessa altura apenas lhe importava a ideia do seu casamento. Abandonou o quartel e, muito avisadamente, foi jantar a casa da sogra, a fim de gozar da companhia da noiva, que, segundo o próprio reconhece, lhe interessava muito mais do que o movimento revolucionário.

Nenhuma vocação especial o destinava para o que se pode com propriedade chamar uma carreira política, e, em rigor, não é a uma tal luz que se deve classificar o seu percurso sinuoso através do liberalismo português no século XIX. Não brilhou na Câmara dos Pares; não foi um mentor ideológico; não foi um líder político; não foi chefe de partido; não foi ministro. Foi somente durante o cabralismo, na década de 1840, que desempenhou um papel de relevo, mas, neste caso, a importância do marquês derivou básica e essencialmente da sua dupla qualidade de chefe da polícia secreta do governo e de comandante geral dos batalhões nacionais. Foi no zeloso cumprimento destas funções que revelou para que particular fim o talhavam as suas inclinações e os seus talentos: para espionar, denunciar e reprimir os focos de conspiração que então abundavam numa Lisboa cuja plebe, altamente politizada, era particularmente permeável a insinuações revolucionárias.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Quando, apesar da sua «pólicia preventiva», como lhe chamava, a revolta saía para a rua e o povo ameaçava tumultuar a cidade, o marquês varria as ruas à frente dos batalhões nacionais e restituía a ordem à capital. Segundo se gabava, esta devia-lhe o sossego de que, apesar de tudo, em geral, beneficiava; em momentos de crise mais extrema, a própria rainha lhe teria devido a possibilidade de gozar do conforto tranquilo do seu palácio. Acabou como um dos homens mais odiados pelas massas populares e pelos revolucionários que as dirigiam. Para o marquês constituía isto um motivo de orgulho, pois era a prova cabal de que cumpria eficazmente a sua missão de manter a ordem pública. As suas *Memórias* atestam a cada passo a devoção, o brio e a energia com que se lhe dedicou. Não admira que tenha visto em Costa Cabral, que foi entre nós o tipo do «homem forte» disposto a arrostar com as pretensões dos revolucionários, o chefe com quem se encontrou, finalmente, em plena sintonia de ideias e desígnios. Foi somente durante o cabralismo — de 1842 a 1846 e de 1849 a 1851 — que o marquês de Fronteira se integrou no quadrante político que estava em harmonia com a sua propensão essencialmente conservadora. Até então pode dizer-se que, sob este aspecto, andou sempre desencontrado de si próprio.

Com efeito, mau grado essa propensão conservadora, em 1820-1823 estreou-se na política dentro do campo liberal. Não parece que tenha sido propriamente uma opção consciente e deliberada. Era uma consequência por assim dizer natural de uma herança familiar marcada por relações conflituosas entre os seus antepassados e a corte absolutista. Portanto, e porque os restantes grandes do reino também o fizeram, jurou a Constituição que as Cortes houvessem de fazer, embora tenha capitulado o acto de «grande absurdo». Depois de feita, confessou francamente que não tinha por ela «nenhum entusiasmo». E já então a *democracia*, que, segundo ele, era a única força em que se apoiava o regime constitucional, lhe suscitava uma grande repugnância. Nutria uma invencível aversão pelas suas organizações mais típicas, os clubes políticos e as sociedades secretas, e um insuperável desprezo pelas suas manifestações inevitáveis: as cenas de anarquia, os tumultos de rua, como acontecera, por exemplo, quando a «população desenfreada», instigada por «patriotas embriegados», arrombara e invadira o Palácio da Inquisição, onde, todavia, o respeitável governo se encontrava reunido em sessão permanente. Ou ainda como acontecera por ocasião do desembarque do Sr. D. João VI, regressado do Brasil, quando os «patriotas» das sociedades secretas, que estavam presentes «em força» no Terreiro do Paço, desataram a gritar vivas «revolucionários e facciosos» e a berrar «morras aos áulicos» que tinham acorrido a saudar o seu saudoso augusto soberano. Conservou toda a vida um especial desprezo por esses «patriotas» que, depois de nas praças e nos clubes vociferarem impropérios subversivos, na presença do rei lhe beijavam a mão com os dois joelhos no chão, ignorando as mais elementares praxes da deli-

cadeza cortesã. Ou que então, como aconteceu depois da revolução de Setembro de 1836, que lhes franqueou as portas do palácio de D. Maria II, se assoavam estrondosamente com as duas mãos e palitavam os dentes longa e desinibidamente após as refeições.

O vintismo acabou mal para o marquês de Fronteira. Nomeado ajudante de campo do general Sepúlveda, governador de armas da capital, seguiu o seu superior quando este tentou, inicialmente, opor-se ao pronunciamento da Vilafrancada, em 1823, destinado a liquidar a experiência liberal. Obrigado, por isso, a ir sob prisão para Vila Franca, Fronteira não compreendeu o que estava em jogo nem percebeu exactamente quais os «partidos» que disputavam a autoridade de D. João VI. Não optou entre as Cortes e o rei. Escudou-se numa duvidosa neutralidade e decidiu «considerar-se prisioneiro até ao fim da campanha», esperando que este expediente o poupasse a escolhas dolorosas e arriscadas. Terminada a campanha, e como não custa a compreender, ficou mal visto por ambas as partes em contenda. «A minha posição era difícil», reconhece algo melancolicamente. Não melhorou nos tempos seguintes. Durante o golpe absolutista da Abrilada, em 1824, a sua fama de liberal, injustamente cimentada pela sua conotação com o general Sepúlveda e pela sua conduta vacilante do ano anterior, valeu-lhe ser de novo preso na Torre de Belém, donde foi transferido para Peniche, sendo, todavia, liberto três dias depois. Farto de tribulações, decidiu emigrar com a família para a Europa «numa bela e calma manhã de Agosto» de 1824.

Regressado a Portugal em Novembro de 1826, já na vigência da Carta Constitucional, firmou, então sim, os seus créditos de liberal. Enquanto ajudante de campo do duque da Terceira, participou activamente nas campanhas do exército constitucional destinadas a jugular os levantamentos miguelistas de 1826-1827. Nem por isso tinham chegado ao fim os mal-entendidos em torno da sua pessoa. Na corte continuava caído em desgraça, o que ele atribuiu à sua conduta em 1820, mas que seria mais verdadeiro relacionar com a ambivalência de 1823. No país continuava a confundir os «partidos» que se defrontavam. Enviado ao Porto em Julho de 1827 para ajudar a suprimir as «archotadas» — um movimento popular radical a favor da reintegração de Saldanha no ministério —, foi injuriado pelos jornais «exaltados»; as injúrias estenderam-se a outros membros da família. De volta à capital, descobriu que «estava pronunciado por archotista no bairro do Rocio». Os dissabores não ficaram por aqui. O infante D. Miguel regressou a Lisboa em 22 de Fevereiro de 1828, e o marquês, «por conselho dos mais prudentes», dirigiu-se ao Palácio da Ajuda a apresentar-se ao regente. Previsivelmente, não foi sequer recebido. Tendo percebido a mensagem, em Março tornou a emigrar, e já em Paris ratificou o seu juramento à senhora D. Maria II, o que foi noticiado no *Journal des débats*. Como represália, D. Miguel confiscou-lhe a casa, cujo rendimento perdeu até 1834, ficando reduzido às

economias que transportara para França e que montavam a 120 000 francos. Se a emigração tivesse durado mais de cinco anos, cairia, segundo os seus cálculos, na mais negra miséria. A partir daqui, a vinculação do marquês de Fronteira ao campo liberal tornou-se irreversível. Mas o seu percurso ainda revela nos anos seguintes uma grande falta de coerência e consistência.

Durante a emigração liberal adere ao grupo chamado o «partido aristocrático», reunido em torno do duque de Palmela, aplaude a regência da Terceira, em que pontificavam os denominados «amigos de D. Pedro», e toma partido a favor do imperador contra os que, agrupados em torno do general conde de Saldanha, contestavam o seu direito à regência em nome da filha, D. Maria. Apesar disto, viu-se excluído do estado-maior de D. Pedro IV, devido, segundo alega, a baixas intrigas. Talvez date daqui o ressentimento que mais tarde, após o fim da guerra civil e a instauração do regime liberal, em 1834, levaria o marquês de Fronteira a ingressar nas fileiras da oposição aos governos cartistas que herdaram o poder na sequência da morte de D. Pedro, em Setembro daquele ano.

Antes disso, porém, tomaria parte no desembarque do Mindelo, em Julho de 1832, e faria toda a guerra civil como ajudante de campo do duque da Terceira. Orgulhava-se de que tinha várias vezes exposto a vida no campo de batalha em defesa da dinastia e do trono de D. Maria II. Apesar de todos estes «serviços e sacrifícios», viu a sua casa, no fim da guerra, e por força da entrada em vigor da legislação de Mouzinho da Silveira, privada de cinco comendas da Ordem de Cristo, que rendiam oito contos de réis por ano. Reputou o facto uma «ingratidão do país e dos patriotas». Mas, acrescenta, «a corte ainda foi mais ingrata do que o país.» Distribuiu os «empregos rendosos» de que dispunha por indivíduos sem valia nem préstimo algum, em lugar de recompensar os «aristocratas» cobertos de mérito. Por esta altura — 1833-1834 — as relações do marquês com a corte continuavam a não ser boas e eram ainda piores com os ministros do imperador, que alegadamente apenas conheciam os amigos e os parentes. Como se gabava de que não pertencia a esta roda de apaniguados, recusaram reembolsá-lo em «dinheiro de contado» pelas rendas que em virtude do confisco da sua casa por D. Miguel tinham entrado nos cofres do Estado.

Parecia-lhe, de resto, que os ministros do imperador pendiam para o «despotismo». O seu cunhado, o conde da Taipa, como ele par do reino, foi mandado prender arbitrariamente por delito de opinião política. Fronteira e mais dois marqueses dirigiram-se ao paço e entregaram a D. Pedro um protesto assinado por grande número de pares. O imperador recebeu-os «com ar severo e seco» e os ministros não apreciaram a iniciativa. «Data deste dia», escreve o marquês, «a indisposição que os ministros do imperador tiveram comigo, e, mais tarde, os seus amigos políticos, conhecidos por *chamorros*, os quais fizeram com que eu e meu cunhado nos lançássemos

francamente na oposição e que, mais tarde, entrássemos nas fileiras do partido denominado *setembrista*.» Fê-lo, como ele próprio diz, «por despique», pois nem tinha confiança na oposição nem apreciava os «patriotas» que passaria a ter por companheiros políticos. Por «ressentimento», conforme expressamente confessa, votou na Câmara dos Pares contra a regência do imperador. Por idênticos motivos, passou a votar «sistematicamente» contra o ministério.

Infelizmente, a oposição a que assumidamente pertencia inspirava-lhe o maior desprezo. Mas, como ainda assim prevaleceu o rancor que nutria pelos *chamorros*, frequentava «desgraçadamente» as suas reuniões, onde reinava «o pior tom», onde se apresentavam «as ideias mais revolucionárias» que ele por certo escutava com horror e onde se acolhia tudo quanto pertencesse às sociedades secretas que ele tanto abominava. De 1834 a 1838 passou quatro anos nesta posição incómoda e essencialmente ambígua ou mesmo dúplice. Incómoda e ainda por cima «modesta», segundo a sua própria qualificação, pois «na corte nenhum emprego tinha» e «era dos poucos Grandes do Reino que não trajava o uniforme da Casa Real». Vivía, além disso, mortificado pelas companhias que o seu posicionamento político o obrigava a aceitar. Houve um baile em Benfica a que a oposição acorreu «em massa». Um dos seus membros mais toscos, o feroz Leonel Tavares, «deitou casaca nova e colete novo de setim». Fronteira incomodou-se com a presença, que ele não pudera recusar, deste e outros chefes populares. Perante a elegância da restante sociedade presente, confessa que o acanhava «o modo de trajar e as maneiras rústicas» dos seus «amigos políticos».

Mas não se dispunha a abandonar uma oposição cujos membros desprezava e cujas ideias abominava. Nas eleições de Novembro de 1835 aceitou ser o presidente da comissão eleitoral da oposição no seu círculo de Benfica. Participava nas reuniões «numerossíssimas e diárias» em casa de Francisco António Campos, um dos principais líderes radicais. Todavia, «não partilhava, em nada, as opiniões exaltadas da oposição e estava decidido a não sustentar ministério algum saído dela». Provou-o, de facto, quando foi chamado pela rainha, enquanto «chefe da oposição», para organizar um ministério. Recusou, alegando que não podia ser presidente do conselho por falta de dotes oratórios e que, além disso, era demasiado monárquico «para concorrer para que se elevasse um ministério puramente democrático». Mas prontificou-se a promover as negociações conducentes à formação de um novo governo. Coibiu-se de meter Francisco António Campos no assunto, pois tal equivaleria a arranjar um ministério popular, «com Passos [Manuel] e companhia». Evitou, pois, o triunfo do partido democrático com que estava publicamente identificado e apreciou ter sido por isso muito congratulado pelos *chamorros*, seus figadais inimigos. Quanto à oposição, continuou a militar nas suas fileiras e, segundo afirma, todos os seus membros «ficaram em boas relações» com ele.

Era então um «moderado», um «anti-revolucionário», que, por interesse particular e por circunstâncias da vida política portuguesa, acabara, totalmente deslocado, a militar nas fileiras da «oposição exaltada». Os moderados pretendiam criar uma situação intermédia, a meio caminho entre os cartistas (ou chamorros) e os democratas (ou radicais). Tal meio-termo era então puramente ilusório, porque precisamente os campos políticos se encontravam irremediavelmente extremados. Os moderados eram poucos e, se queriam ter alguma influência, tinham de se inclinar para uma das duas forças políticas realmente existentes, que eram os cartistas e os radicais. O marquês de Fronteira, excluído do círculo próximo do imperador enquanto este viveu, desprovido de qualquer cargo palatino na corte de D. Maria II, hostilizado pelos *chamorros*, que lhe não pagavam as indemnizações devidas, viu-se sem outro remédio que não acolher-se no partido radical, apesar da repugnância que lhe suscitavam as suas ideias e os seus homens.

A posição falsa em que assim se colocou ficou bem patente aquando da revolução de 9 de Setembro de 1836. Uma revolução que, nas suas palavras, «não podia deixar de ser atribuída à gente com quem [eu] estava ligado». Se naquele dia fosse ao paço, «iria talvez colocar-me em posição de ouvir coisas pouco agradáveis contra amigos íntimos, posição tanto mais difícil que, se os defendesse, parecia estar conivente com eles e, se o não fizesse, parecia que os traía». Não era a primeira vez que Fronteira estava de mal com Deus e com o Diabo! Na tarde do dia 9 de Setembro fechou-se, pois, em casa e aguardou ordens. Como estas não chegassem, ao fim do dia fechou a porta do pátio e, «com a consciência tranquila», deitou-se e dormiu «a sono solto». Dali a dois meses, por altura de uma contra-revolução cartista que passou à história como a «Belenzada», resolveu o mesmo problema da mesma maneira. À noite, quando já se davam movimentações de tropas em Lisboa, foi ao teatro com a mulher. No final, «na certeza de que a rainha estava à testa da reacção e não duvidando do bom êxito dela», rumou a Benfica e foi-se deitar «tranquilamente», «esperando o dia seguinte para conhecer o resultado final dos acontecimentos». Prudentemente, nos tempos a seguir abandonou completamente o paço, só lá indo nos «dias de grande beija-mão». «Tanto a rainha como o rei» lhe mostravam «a maior frieza». Segundo diz, era então mais mal visto pelos cartistas do que os mais exaltados setembristas. Não custa a compreender: destes sabia-se o que eram e onde estavam; do marquês, não.

Mas não deve ser possível contrariar indefinidamente os instintos, e o marquês, como já se disse, era instintivamente conservador. A partir de finais de 1837 adere aos chamados *ordeiros*, um pequeno grupo de oportunistas políticos surgido dentro da Assembleia Constituinte de 1837-1838 e que pretendia constituir-se como um «terceiro partido», o tal meio-termo entre os extremos que então ainda imperavam. A Assembleia votou a favor

de um senado vitalício de eleição popular, o que representava uma considerável restrição dos poderes régios. Isto serviu ao marquês de pretexto para romper de vez com os seus amigos *patriotas*, pondo, finalmente, cobro a uma aliança que era na verdade contra natura. A partir daí, a sua derrapagem para a direita foi acelerada. Pouco depois rompeu também com os ordeiros, a quem passou a considerar demasiado transigentes com os revolucionários. Aquando das eleições de Dezembro de 1838, Fronteira já aparece a integrar a comissão eleitoral cartista. Estava definitivamente consumada a sua ruptura com a esquerda. Tinha também iniciado a sua reabilitação na corte. D. Maria II confirmou-lhe o título de marquês de Alorna, a que ele tinha direito, e nomeou-o vedor da casa real, cargo que os Alornas exerciam desde o tempo de Filipe II. «Foi então — regista o marquês satisfeito — que pela primeira vez fui considerado oficial-mor da casa real», podendo, finalmente, envergar o respectivo uniforme.

Com a ascensão do governo Joaquim António de Aguiar, em Junho de 1841, a situação, no dizer de Fronteira, «tornou-se cartista», e ele, agora já plenamente identificado com este «partido», aderiu a ele e considerou-se daqui em diante «ministerial». Era verdade. A contra-revolução já começara com a administração de Novembro de 1839 e progrediu de então por diante. Um dos seus traços mais salientes consistiu no saneamento do exército, com a reintegração da oficialidade cartista que havia sido desligada dos corpos na sequência da malograda revolta dos marechais, no Verão de 1837. Também as autoridades administrativas nomeadas durante o setembrismo foram sendo gradualmente substituídas. É certo que, nos termos da Constituição de 1838, que estava ainda em vigor, existia, em vez da Câmara dos Pares, um senado electivo e temporário. Mas, regozijava-se o marquês, «o Senado era composto pela maior parte dos pares que formaram as maiorias cartistas desde 1834 até 1836. Parecia-nos, entrando na Câmara, que a Carta tinha sido restaurada e que estávamos funcionando no centro da antiga câmara hereditária». No princípio da década de 1840 parecia que a revolução tinha sido, finalmente, dominada e vencida. Faltava apenas a reposição em vigor da Carta Constitucional. Em Janeiro de 1842, Costa Cabral, o ministro da Justiça, dirigiu-se ao Porto com o pretexto de tratar de assuntos particulares. A cidade irrompeu em vivas à Carta Constitucional e o ministro, vendo que «não havia forças humanas que pudessem abafar o grito que estava no coração de todos» — diz Fronteira para o desculpar —, apareceu à frente de um pronunciamento militar que acabaria por obrigar a rainha, em 10 de Fevereiro, a proclamar a Carta novamente em vigor. Agora sim estava concluída a contra-revolução. O marquês de Fronteira exultou. Há muito que travara amizade com Costa Cabral e nesta altura dizia-se seu «amigo íntimo». Não tardaria a oferecer-lhe os seus serviços. Durante o cabralismo exerceu, finalmente, várias comissões civis e militares e recebeu três grã-cruzes: das ordens de Cristo e da Torre e Espada e a de Carlos III de Espanha.

Costa Cabral introduziu na política portuguesa um estilo novo. Ele representou por cá o que Narváez e Guizot representavam em Espanha e na França: o desígnio de vencer a revolução e de a manter vencida. Em vez de negociar com ela, o que antes se fizera na esperança, sempre frustrada, de a conciliar e aplacar, governou contra ela, com uma firmeza e uma determinação que o fizeram passar por tirano ou ditador. Tendo patrocinado a restauração da Carta, veio a achar-se dono e senhor do poder. A rainha em breve se rendeu à energia do seu novo ministro, que a poupava às impertinências democráticas que tivera de engolir nos anos anteriores. Com a aprovação decisiva da rainha, sustentado pelo exército cartista e apoiado num partido de fiéis sectários, por quem unicamente distribuía os louros do seu êxito, Cabral governou durante quatro anos com mão de ferro. Empenhou-se em restabelecer a ordem e fortalecer a autoridade, elementos indispensáveis para que o país se desenvolvesse. Tinha modos ríspidos e um franco pendor autoritário. Era um exímio parlamentar e possuía inegável talento administrativo. Era um líder. Não recuava diante dos obstáculos nem cedia a sentimentalismos. Pertencia àquele tipo de homens que ou são amados ou odiados. Era muito grande o número dos que o odiavam. A maioria dos cartistas que tinham dominado o país de 1834 a 1836 nunca lhe perdoaram a restauração da Carta à sua revelia e uniram-se aos setembristas e aos miguelistas numa chamada «Coalisão» anticabralista surgida logo em Março de 1842. Cabral não se assustou com a coligação das oposições. Nunca lhe fez nenhuma concessão. Nomeadamente, nunca transigiu com a reforma da Carta, que foi durante anos a fio a sua mais instante reivindicação. Fez deste ponto da «doutrina» um dogma e um símbolo do cabralismo.

Afora o círculo dos seus fiéis, era odiado de cima a baixo na escala social. O seu êxito político suscitou despeito generalizado. O seu rápido enriquecimento causou escândalo e também invejas inconfessáveis. Ninguém perdoava que o plebeu ainda há pouco conhecido por morar numa modesta casa a Buenos Aires e trajar um reles casaco com gola de chibo em breve habitasse um sumptuoso palácio na Calçada da Estrela, possuísse um castelo em Tomar e uma quinta na Mealhada. Subira ao poder em 1842, nada tendo de seu, e em 1845, apenas três anos depois, era já o que se via. Possuía equipagens e dava festas espantosas; o recheio das suas casas era luxuoso; a mulher vestia-se na mais cara modista de Lisboa, a francesa Levaillant. Os jornais dissecavam os seus haveres, contabilizavam as luvas recebidas por contratos firmados pelo Estado com companhias particulares, calculavam o montante da sua fortuna e discutiam a origem dela. Os epítetos de «concessionário» e «ladrão» colaram-se à sua pessoa como a pele se cola ao corpo. Aparentemente, a sua notória e escandalosa corrupção não impressionava a rainha, de quem se tornara o favorito, que o elevou a conde em 1845 e que o honrava hospedando-se com a corte no castelo dele em Tomar.

O espectáculo do plebeu alcandorado aos píncaros do poder e da glória esporeava a verrina dos seus inimigos. A aristocracia, regra geral, envolveu-o num fundo desprezo. Costa Cabral parecia desafiar tudo e todos. Colocara o irmão João Rebelo na presidência da Câmara dos Deputados e em 1845 elevara outro irmão, o notório José Bernardo da Silva Cabral, a conselheiro de Estado e ministro da Justiça. Mais extremista, mais sectário e mais truculento do que o irmão António, foi este que passou à história como a verdadeira alma danada dos «Cabrais» e do cabralismo.

Ao contrário dos seus pares, o marquês de Fronteira, possuído de uma correcta inteligência dos seus interesses, deixou-se seduzir pela têmpera conservadora e pelo zelo anti-revolucionário do ministro do Reino. Fronteira não podia compreender como a aristocracia não estivesse grata ao conde de Tomar por este ter restaurado a Carta, e com ela a Câmara dos Pares, sem a qual os Grandes, segundo diz, eram «zero». O duque de Palmela e o conde do Lavradio, bem como um extenso rol de condes e marqueses — quase todos os Grandes do Reino, «com quatro ou cinco excepções» —, fizeram «causa comum com os demagogos e revolucionários, clamavam pela reforma da Carta, que tem sido a grande arma da democracia neste país para abater as prerrogativas da coroa e para empolgar o poder por longo tempo»; os aristocratas «trabalhavam dia e noite para derrubar o restaurador e a restauração». Fatal cegueira a da sua classe, que aquando da Maria da Fonte a levaria ao trágico absurdo de concorrer para o triunfo de uma revolução que deitaria por terra os ganhos civilizacionais adquiridos em quatro anos de cabralismo. Até as senhoras, imagine-se, «seguiam o exemplo dos filhos, maridos e irmãos; o princípio da revolução foi aplaudido por elas e os votos pelo bom êxito eram incessantes». Note-se que eram senhoras da mais fina extracção e educação e que, no entanto, «quase chegaram a praguejar contra o conde de Tomar e os seus amigos», nem poupando o próprio marquês de Fronteira, mau grado os laços de amizade e parentesco que os uniam. «As senhoras tornaram-se tão exaltadas partidárias da Maria da Fonte, que, por muitas vezes, a sua exaltação passou todos os trâmites [...] esquecendo-se, para a manifestar, da educação que tinham recebido!»

A Maria da Fonte, que imortalizaria os «Cabrais» como símbolo da violência espoliadora do Estado, eclodiu no Minho em meados de Abril de 1846, com o aplauso de uma grande parte do país. A revolta, da qual logo se disse que era abençoada porque era apartidária e nacional, quer dizer, um grito genuíno do povo oprimido e vexado, alastrou rapidamente e surgiram em diversas localidades juntas revolucionárias. Tomar despachou para o Norte um regimento de seiscentos homens sob a supervisão política de José Bernardo. Por um lado, os militares não apreciaram ser colocados sob a tutela de um civil. Por outro, o exército já não se encontrava solidamente unido por trás do governo do conde de Tomar. Pior que tudo, o seu chefe

máximo, o duque da Terceira, que era o ministro da Guerra, também já se deixara persuadir de que o ódio aos «Cabrais» grassava de norte a sul do país e aderira à tese de que eram os dois irmãos os verdadeiros pomos da discórdia. No Norte, o exército recusou-se a esmagar a ferro e fogo a revolta popular. Em Conselho de Estado, Terceira recomendou à rainha a demissão do ministério. Privado do apoio do exército, o conde de Tomar e o seu governo caíram em 20 de Maio de 1846.

A crise, entretanto, durara mais de um mês. Foi neste intervalo de tempo que o marquês de Fronteira teve oportunidade de tentar fazer valer os seus serviços à frente do governo civil de Lisboa, para o que foi convidado em 11 de Maio. A crise prolongava-se, era difícil e muita gente, céptica a respeito do seu desfecho, já não se queria comprometer. Mas Fronteira não era desses e, mesmo antes de ser publicado o decreto da sua nomeação, considerou-se logo como governador civil da capital e «Chefe da Polícia Preventiva». Que lhe cumpria fazer? «Lutar com as constantes conspirações e rebater as revoltas», ainda que nelas estivessem envolvidos «parentes, amigos e camaradas». Começou por se ocupar da polícia, «o que naquela difícil conjuntura era o meu primeiro dever». Exigiu do chefe imediato da polícia, portanto seu subordinado, que o informasse minuciosamente sobre as ramificações da conspiração que se tramava na capital. Tudo relatou ao governo por escrito e à própria rainha verbalmente. Pediu autorização para proceder contra as «altas personalidades que conspiravam». No governo, todavia, predominava agora a «política moderada e conciliadora» do duque da Terceira, convencido no seu íntimo de que era preciso afastar os «Cabrais» para evitar uma guerra civil. A ele não deixaram que evitasse uma revolução, o que estava certo de conseguir, prendendo algumas altas personalidades em Lisboa.

Aos «Cabrais» sucedeu em 20 de Maio um ministério presidido pelo duque de Palmela, e as «massas patrióticas» viram nisso, e com razão, «o triunfo da bandeira da revolta». O marquês de Fronteira, temendo pelo trono da rainha, não se demitiu. «As desordens revolucionárias começaram da maneira mais escandalosa e ameaçadora». Nos dias 21-22 de Maio, a revolta veio para a rua. Do Rossio ao Terreiro do Paço e ao Cais do Sodré engrossavam os grupos de populares e crescia a algazarra. O marechal duque da Terceira e o general de divisão conde de Santa Maria deixaram-nos engrossar à vontade. A população, «rompendo em alaridos e vozes», exigiu a demissão do marquês de Fronteira e do seu irmão, D. Carlos de Mascarenhas, que era o comandante da Guarda Municipal. Ambos desceram do Carmo para o Rossio à frente de uma coluna de cavalaria e infantaria. A cavalaria «carregou os tumultuosos» e a «população debandou completamente, abandonando a cidade baixa». «Pela primeira vez», orgulha-se Fronteira, «em momentos de revolução, e tendo havido tantas, a autoridade administrativa cumpriu com os seus deveres.» O duque da Terceira, com quem logo a

seguir se reuniu no Terreiro do Paço, fez-lhe sentir que tinha ido mais longe do que «exigia a prudência» e desejava o governo. Também não lhe escondeu que seria conveniente substituir o governador civil — «supondo-me cabralista de mais e mais enérgico do que convinha». Sabia que se tramavam tumultos para a noite e por diversas vezes pediu instruções precisas ao presidente do governo, o duque de Palmela. Nenhuma resposta obteve. Na noite de 21 para 22 assistiu, do Carmo, ao «assolar e queimar Lisboa pelas cohortes da situação». A meio da tarde de 22, quando Lisboa estava a ponto de mergulhar na anarquia, recebeu por um correio de gabinete o decreto da sua demissão, «demissão a mais seca que se pode dar a um alto funcionário».

Recomeçara, com efeito, a revolução. O duque de Palmela foi sendo obrigado a remodelar o seu governo cada vez mais à esquerda, até que no Verão se tornou patente, inclusive para ele próprio, que já não controlava a situação. Nos meios cabralistas, inevitavelmente, conspirava-se. O marquês de Fronteira tornou-se o alvo de denúncias «diárias» e não esconde que com razão. Em Benfica, com efeito, as reuniões da oposição ao ministério eram também elas «diárias». Chegou a circular que projectava, juntamente com D. Carlos, revolucionar a guarnição de Lisboa, e a sua prisão ou deportação chegou a ser discutida em conselho de ministros. A ele nada aconteceu, graças, alegadamente à intervenção da rainha, mas D. Carlos veio efectivamente a ser deportado para Sintra.

Se é totalmente improvável que tivesse meios de influência para revolucionar a guarnição de Lisboa, é fora de dúvida que Fronteira participou na conspiração que levaria à demissão do ministério Palmela na noite de 5 para 6 de Outubro de 1846, um golpe palaciano conhecido pela «emboscada do 5/6 de Outubro». No dia 6, Lisboa amanheceu com um novo governo presidido pelo marechal Saldanha. Não se tratou de uma restauração do cabralismo, ao contrário do que muita gente, incluindo o próprio Fronteira, na altura pensou, mas correspondia, sem dúvida, a uma inversão contra-revolucionária do curso que os acontecimentos tinham tomado desde a queda dos «Cabrais». Fronteira disponibilizou-se imediatamente para reocupar o cargo de governador civil e como tal veio a ser nomeado, do mesmo modo que o irmão, D. Carlos, recuperou o seu cargo de comandante da Guarda Municipal. Vinte e quatro horas depois já lhe parecia que o marechal Saldanha, tratando de organizar novos corpos nacionais, se preparava para criar uma força mais talhada «para sustentar a Maria da Fonte do que a Carta Constitucional». Pareceu-lhe isto um mistério! Graças à sua intervenção, segundo diz, foram riscados os nomes mais obnoxios que o marechal propusera. Em quarenta e oito horas reorganizou a sua polícia e preparou-se para resistir aos «manejos» dos revolucionários.

Três dias depois, a 9 de Outubro, constituiu-se a Junta do Porto em rebelião aberta contra o governo de Lisboa. Mais juntas rebeldes se forma-

ram noutras localidades do país. Era o começo da guerra civil da Patuleia, que só terminaria dali quase a um ano, com a Convenção de Gramido, assinada a 30 de Junho de 1847. O marquês de Fronteira foi nomeado comandante-geral dos batalhões nacionais da capital, compostos por cerca de 5000 homens. Depois que, em Novembro, Saldanha retirou de Lisboa com o exército de linha, ficou-lhes confiada a segurança da capital. Organizou-os, fardou-os, disciplinou-os e orgulhava-se de que quem não soubesse que eram de segunda linha os tomaria por corpos do exército regular.

Como já antes acontecera, e pelas mesmas incompreensíveis razões, a zelosa vigilância do governador civil não era apreciada pelos seus superiores. Por diversas vezes avisou Saldanha, enquanto este ainda estava em Lisboa, da deserção de destacados oficiais do exército. Em vez de mandar capturá-los, o marechal deixava-os seguir tranquilamente pela estrada do Porto, onde se iam colocar ao serviço da junta rebelde. Em Lisboa, o marechal incumbido de esmagar os revoltosos exibia a mesma tolerância. «Não procedia contra os conspiradores e impedia que as autoridades procedessem. Acusava-me de ser violento quando eu não fazia senão cumprir as leis, porque, se eu exigia dos aristocratas meus parentes [...] que entrassem no serviço da primeira e segunda linhas, era porque a lei a isso os compelia.» Os aristocratas seus parentes votavam ao desprezo as autoridades que os intimavam a apresentarem-se ao serviço, proferindo «expressões pouco decorosas para a rainha e o seu governo: eu procedia contra eles, e o Presidente do conselho, com cartas particulares ou chamando-me à sua presença, impedia que eu procedesse conforme demandava semelhante conduta». Mas o marquês não desarmava, ordenando aos seus subordinados que «procedessem contra os refractários, fosse qual fosse a sua hierarquia». Em resultado desta perseguição, «os fidalgos esconderam-se» ou partiram para o estrangeiro! Para seu desespero, a maior parte da aristocracia — tanto da aristocracia miguelista como da aristocracia liberal — apoiava a causa da Junta do Porto. Nos jornais clandestinos, «que apareciam diariamente», tanto o marquês como o irmão D. Carlos eram regularmente acusados de «despotismo e mesmo barbaridade».

Ao longo do tempo que durou a guerra civil, de Outubro de 1846 a Junho de 1847, o marquês de Fronteira foi acumulando frustrações. Lisboa estava infestada de agentes da Junta do Porto. Mandou persegui-los mesmo dentro dos consulados estrangeiros onde se refugiavam ao abrigo da imunidade diplomática. Mas os seus esforços não eram correspondidos pelo governo, cujos ministros eram de «uma tolerância inexplicável»; agiam como se estivessem «em tempo normal». A conduta enérgica do marquês «não era aprovada por S. Ex.^{as}». Nestas condições, os seus esforços para completar o recrutamento, arrecadar impostos e aprontar a remonta de cavalaria foram largamente infrutíferos. Acabou por se tornar «impopular para com os minis-

tros e a sociedade de Lisboa». Os protestos eram gerais e chegaram, inclusive, às «salas de recepção de minha mulher, que muitas vezes teve cenas com próximas parentas que muito respeitava». O gabinete do governador civil enchia-se de «parentes e amigos» que pretendiam meter-lhe as mais diversas cunhas para se eximirem aos seus deveres. Como os repelisse, ganhou fama de «tirano e perseguidor».

Lisboa convertera-se num gigantesco foco de conspiração. «A minha vigilante polícia, prevenindo tudo a tempo, fazia malograr todos os projectos.» E ele, marquês, fazia extensos relatórios ao governo sobre o que a polícia lhe dizia, sobre o estado da segurança pública, sobre os movimentos das tropas adversárias e das guerrilhas e até «sobre a causa do descrédito dos fundos públicos», porque sobre tudo estava informado. Para seu espanto, o ministro da Fazenda acusou-o de querer «fazer ressuscitar a situação cabralista pura», um desígnio que, de facto, e embora o marquês não parecesse compreendê-lo, não era partilhado nem pelo governo nem sobretudo pelo seu presidente, o marechal duque de Saldanha, nem, de resto, pela classe política em geral. À excepção do muito restrito núcleo duro do cabralismo, que incluiu por largo tempo a própria rainha, ninguém, de entre civis e militares, desejava que a guerra civil se saldasse pela recondução pura e simples dos «Cabrais» no poder. Como se sabe, a guerra civil da Patuleia terminou, graças à intervenção estrangeira, com uma paz sem vencidos nem vencedores. Para desespero do marquês de Fronteira, todos os rebeldes e seus chefes foram amnistiados sem uma única excepção. Eminências da Junta do Porto e oficiais do exército que tinham desertado e empunhado as armas contra o governo da rainha puderam passear-se tranquilamente pelas ruas da capital. 5000 presos que saíram da Torre de São Julião entretinham-se a provocar rixas com as tropas fiéis. Para cúmulo, Saldanha, regressado em Agosto, organizou um «ministério deplorável» apostado em guerrear o partido cabralista. Não tardou que os novos ministros instassem pela demissão do marquês. Com efeito, esta não tardou a chegar, concebida «o mais seca possível e sem a menor frase que me lisonjeasse». Não seria ainda a última vez que se veria despedido sem rodeios.

Conservaria, no entanto, o comando dos corpos nacionais e em Março de 1848, na sequência de uma retumbante vitória eleitoral dos cabralistas, que organizaram os recenseamentos eleitorais e ainda dominavam a administração do Estado central e local, regressou ao governo civil de Lisboa. Os revolucionários continuaram a dar-lhe que fazer, nomeadamente aquando da chamada «revolta das hidras», que ele denunciou e que o governo, ainda presidido por Saldanha, desta vez sufocou com uma dúzia de prisões. Em meados de 1849 estala a crise política em resultado da qual o conde de Tomar voltaria ainda uma derradeira vez ao poder. Voltou, não para restaurar o cabralismo puro e duro de outrora, mas, pelo contrário, disposto a

cortar com o antigo exclusivismo e a patrocinar, ainda que de forma controlada, o que à época se chamava a «reconciliação da família portuguesa». Quer dizer, disposto a fazer algumas concessões limitadas à esquerda. Para dar um sinal do seu novo estado de espírito, publicou uma amnistia para todos os crimes políticos logo no dia a seguir a ter assumido a presidência do conselho (19 de Junho de 1849). Mas ninguém acreditou que o homem tivesse mudado de natureza, de método e de política. Toda a oposição, do cartismo moderado ao setembrismo mais radical, escarneceu da amnistia com espalhafato e moveu-lhe nos jornais, nas ruas e na tribuna uma guerra de morte.

Nesta guerra, e como o marquês de Fronteira não cessaria de lamentar, tomou parte de vulto a antiga aristocracia, para quem o regresso do favorito ao poder, depois de uma guerra civil intentada para o expulsar, constituía um temerário desafio à nação. O duque de Palmela, presidente da Câmara dos Pares, estava então já doente e muito debilitado. Mas os condes do Lavradio e da Taipa e o visconde de Sá da Bandeira «arrebanharam atrás de si a antiga aristocracia, que, como em 1846, se prestou logo a fazer causa comum com os seus figadais inimigos, a demagogia desenfreada, para derrubar o conde de Tomar [...] Serei secante», continua Fronteira, «repetindo em diferentes lugares e por diferentes modos as minhas queixas contra uma classe a que pertenço, mas não tenho escrúpulo em manifestar que ela muitos males fez naquela época.»

Em 1849, 1850 e 1851, o conde de Tomar viu-se envolvido em escândalos sensacionais que, revolidos e ampliados meses a fio na imprensa e discutidos inclusive nas Câmaras dos Pares e dos Deputados, acabariam por arruinar completamente a sua reputação, que, aliás, nunca chegara a recuperar das gravíssimas acusações popularizadas durante a sua primeira administração. O presidente do governo da rainha era diariamente arrastado pela lama nas páginas dos jornais, que o alcunhavam invariavelmente de ladrão. Nos finais de 1849, quando foi acusado de ter dado uma comenda a troco de uma caleche, a situação atingira contornos escabrosos. Saldanha, passando abertamente para a oposição, escreveu uma carta à rainha, logo publicada na imprensa, em que lhe apontava a demissão do ministro corrupto como um imperativo nacional. Em 1850, num processo intentado em Londres contra alegadas difamações publicadas em Lisboa por um jornal inglês, Tomar deu azo a que D. Maria fosse publicamente suspeita de amante do seu valido. Na câmara alta, os dignos pares quiseram — com «inaudita má fé», diz Fronteira — desafrontar a honra ofendida da sua augusta soberana. Saldanha foi de voto que a vida privada do homem público tinha de ser publicamente discutida. Como represália, a rainha — a conselho de Tomar, naturalmente — demitiu-o de seu mordomo-mor, o mais alto e mais honroso cargo palatino. Começou aqui, de facto, a longa conspiração que culminaria um ano mais tarde no famoso e vitorioso pronunciamento da Regeneração, em Abril de 1851, que derrubaria, finalmente, o conde de Tomar e de uma vez por todas o arredaria do governo de Portugal.

A vingança de Saldanha foi grandemente propiciada pela geral aversão que envolvia o conde de Tomar. Os seus agentes não faziam segredo de que tentavam aliciar vários corpos militares no país. Fronteira denunciava, alertava, mas, como já acontecera no passado, acusavam-no de «exaltado» e «faccioso». A sua polícia, como sempre, estava «o mais bem montada possível». «Dia a dia», escreve, «denunciei ao governo os passos dos revolucionários.» Apesar das suas recomendações, não se tomavam as «medidas energéticas» com que ele estava certo de sufocar a revolução. O próprio conde de Tomar perdera a intrepidez de outrora e «não se atrevia a proceder como medida preventiva». Não queria, explica Fronteira sem perceber, «comprometer com novas provocações a ordem pública, e a situação de que era chefe». Nem esta completa inversão da ordem natural das coisas, em que a provocação partia de quem procurava garantir a ordem pública, e não de quem a desacatava, instruiu o marquês sobre a real situação do conde de Tomar. Nesta altura, princípios de 1851, Tomar estava já completamente isolado e, embora com a excepção decisiva da rainha, aparecia aos olhos de quase toda a gente como o fautor da discórdia no seio da família portuguesa e o único obstáculo à sua pacificação. Era por isso que toda a tentativa que fizesse para se manter no poder aparecia como uma provocação da opinião pública. Não compreendendo este dado elementar, Fronteira «pedia incessantemente a suspensão das garantias» e «mostrava a necessidade de dar um golpe no centro revolucionário que existia na capital» e cujos membros eram de todos conhecidos. Silêncio e hostilidade foi no que embateram os seus apelos. A sua pertinácia valeu-lhe a indisposição de el-rei, causou a irritação do duque da Terceira e provocou a animosidade dos ministros, que sugeriram a sua demissão. No dia 7 de Abril de 1851, Saldanha iniciou o pronunciamento militar que triunfaria no Porto na noite de 24 para 25 e que passaria à história como a Regeneração. O conde de Tomar demitiu-se e embarcou para Vigo. O país aplaudiu.

O marquês de Fronteira não se rendeu à evidência. Continuou convencido de que tudo se deveria à incúria do governo, que se recusara a seguir as suas sensatas indicações. Depois de demitido, retirou-se para a sua residência em São Pedro de Alcântara, que foi logo sitiada pelas turbas revolucionárias, que lhe votavam um «rancor e ódio» não menores do que nutriam contra os «Cabrais». «Das janelas», o marquês «observava os grupos que se formavam no passeio e que, passando junto a minha casa, me mimoseavam sempre com os seus *morras* aos Cabrais e aos Fronteiras». Perante a multiplicação das «cenas tumultuosas», o marquês optou, prudentemente, por se refugiar na legação espanhola. «Tenho estado, desde a primeira idade, em crises difíceis e tenho presenciado no meu país revoluções sobre revoluções e todas elas têm triunfado pela incúria dos governos que elas pretendem derrubar.» Se tivessem seguido os seus conselhos, a Regeneração teria sido evitada. Ao tempo em que ditou as suas *Memórias*, dez anos passados sobre os acontecimentos, ainda continuava convencido desta tese.